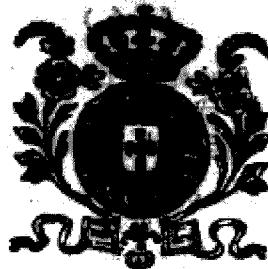


## GAZETA



## DO RIO.

S. PAULO.

ARTIGO D'OFFICIO.

Villa da Conceição de Itanhém.

**S**enhор. — A Camara da Villa da Conceição de Itanhém se prosta reverente aos Pés de V. A. R., e pelo seus Eleitores o Reverendo Vigário João Baptista Ferreira, e Capitão Mór Antônio Gonçalves Neves beija Submissa as Sagradas Mãos de V. A. R. em signal de Vasalagem, e testemunha a V. A. R. o excessivo jubilo, que lhe causa a feliz chegada de V. A. R. a esta Província, a facilitar os seus fieis Subditos della, entre os quais tem sem dúvida hum distinto lugar o humilde, e fiel Povo desta Villa, que temos a honra de representar.

Deus Guarde a V. A. R. por muitos anos como desejamos. Villa da Conceição de Itanhém 5 de Setembro de 1822. — Benito da Silva Cruz Lustosa; Felippe Gomes de Siqueira; André Luiz de Azevedo; Francisco Maria Soares; Joaquim José de Sobral.

## MINAS GERAES.

ARTIGO D'OFFICIO.

Villa de S. João d'El-Rei.

**S**enhor. — Se os Povos do Brasil, em cujos corações magnanimos imprimiu a natureza sentimentos de honra, e de brio Nacional, depositarão entre as Mãos Augustas de V. A. R. os preciosos dons da sua segurança, liberdade, e independencia, contra os quais ainda attentão a perfídia de huns, a ambição de outros, e o egoísmo de muitos; se V. A. R. tem sido o Defensor mais intrepido de nossos direitos, e regalias, já estabelecendo, e consolidando hum sistema perfeito de união entre las diversas partes integrantes deste vastíssimo Reino, já perseguindo, e desarmando os seus mais cruéis inimigos, já em fim mandando convocar huma Assembleia Geral, que promova os meios da sua prosperidade, que mal podião esperar-se das tardias deliberações das Cortes de Lisboa, ou seja pela separação do Oceano, ou seja pelo memoscabo, com que a encarão seus Deputados, parece sem dúvida que nada mais nos resta a desejar para ínteiro complemento de nos-

sos votos. Hum Povo heroico, e fiel, e hum Príncipe generoso, e desvelado... hum Paiz extenso, rico, e poderoso... que nos falta ainda para vivermos tranquillos na segura posse de tantos bens! Se reflectirmos porém nas circunstâncias verdadeiramente críticas, em que o Brasil se acha constituído, ora tendo que apagar o fogo de discordias domésticas, que filhos ingratos accendem no seu seio carinhoso, até onde pertendem cravar o punhal matricida, ora tendo que repellir, e quebrar os ferros, que se preparão contra a sua independencia, ferros fabricados (ó vergonha da razão humana!) no proprio recinto da liberdade, então conhecerá V. A. R. que nunca nos aproximamos ao Throno Augusto de V. A. R. com supplica tão justa como a que hoje temos a honra de appresentar-Lhe.

A liberdade política em hum Cidadão, diz o sabio Autor do Espírito das Leis, consiste na tranquillidade proveniente da opinião, que cada hum tem da sua segurança, e para que haja esta liberdade hê mistério que o governo seja tal, que hum Cidadão não possa temer-se de outro Cidadão. Como poderemos portanto nós considerarmos livres, vendo alli ultrajados os nossos direitos, aqui enfraquecidas as nossas forças, e acolá desenvolvido o medonho aparato da guerra? Como poderemos viver tranquillos, quando ponderarmos que apesar de ser V. A. R. capas de fazer os mais heroicos sacrifícios em beneficio, e defesa do Brasil, e de resistir ás insidiosas tentativas dos que pretendem escravizá-lo, faltão-lhe com tudo poderes para pôr em prática os empregados meios da nossa salvação? E sem a execução destes meios como poderá ella conseguir-se? De que servirão nos amigos tempos o animo e talentos de Annibal sem os recursos que Hannibal lhe negava? Eclipsou-se em hum dia toda a gloria do Trancimeno, e de Cannas. De que servirão a V. A. R. todos os seus talentos, e todo o seu patriotismo Brasileiro, não podendo executar os meios de defesa, a segurança, e engrandecimento, porque insta o Reino do Brasil? Desaparecerá o seu nome em hum instante da lista das Nações, e submerso outra vez na ignominia, e no vilipendio em vão chamará em socorro seu o Augusto e Perpetuo Defensor de seus já perdidos direitos.

Os principios pois immutaveis do Direito Publico Universal, os encargos de Defensor Perpetuo deste Reino, a lei suprema da publica salvação, tudo exige, Senhor, que V. A. R. seja investido no exercicio de todas as atribuições, que competem ao Poder Executivo pela

**Constituição da Monarchia.** Eis aqui, Senhor, o que nós nos appressamos a pedir à V. A. R. em nosso nome, e em nome do Povo, de cuja vontade temos a honra de ser o orgão.

Veio a época em que o Brasil deve ocupar o eminente lugar que lhe compete entre as mais Nações. Se até aqui pouco tem figurado entre elas, também no meio do Reinado de Luiz XIV. a Inglaterra e a Escócia não formavão hum Corpo de Monarchia, nem a Moscovia era mais conhecida na Europa do que a Crimeia, e hoje são sem dúvida duas nações poderosas.

Sóbete he mister que V. A. R. prese defesa-los dos seus inimigos, e depois promover a sua prosperidade, e engrandecimento; e como para obterem estes dois fins he necessário empregarem-se meios, que não estão ao alcance de V. A. R., segundo as Instruções que baixarão com o Decreto de 22 de Abril de 1821, e he de summa urgencia que a execução de todas as medidas indispensaveis para elles se conseguirem deponha em prática, fica em contestável a necessidade, que ocorre de que V. A. R. entre desde já no exercício de todas as atribuições, que competem ao Poder Executivo; pois que só assim pôde V. A. R. livremente cuidar na salvaguarda e prosperidade deste Reino.

Nós nos lisungearmos portanto de que V. A. R. Annuirá Benigno a nossas rogativas, que devem ser o começo da expressão da vontade geral dos seus fiéis subditos do Brasil.

Deus Guarde a V. A. R. por dilatados annos, como todos havemos mister. Villa de S. João d'El-Rei em Camara de 19 de Setembro de 1822. — Francisco Isidoro Baptista da Silva, Francisco José da Silva, José Lburencio Dias, Luiz Alves de Magalhães.

## PROVINCIA DAS ALAGOAS.

### ARTIGO D'OFFICIO.

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor. — A Junta do Governo da Província das Alagoas tem a honra de levar um conhecimento de V. Ex. para o fazer presente a Sua Alteza Real o Príncipe Regente os movimentos Políticos, que nesta Capital se manifestaram o dia vinte oito de Junho deste corrente anno na forma constante das Actas por comissões; e como o principal objecto for a Acclamação do mesmo Augusto Senhor, a Junta declara que a referida Acclamação tem sido repercuta pelos diversas Villas da Província com demonstrações de Jubilo, e contentamento Público, por ser conforme á opinião geral do Brasil, tendo se apenas seguido até o presente algumas alterações, e mudanças nas repartições Civis, e Militares por occasião das demissões dos Empregados Europeus.

Re ta sómente seguir a Paz, e sosiego da Província, em cujos trabalhos a Junta se desvela, obrando sempre o que for mais acertado, e tudo em nome de Sua Alteza Real, a quem tributa o devido amor, e vassallagem.

Deus Guarde a V. Ex. muitos annos. Alagoas em o 3<sup>º</sup> de Julho de 1822.

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Ministro Secretario de

Estado dos Negocios do Reino do Brasil na Correia do Rio de Janeiro. — José Antonio Ferreira Bragaoniz, Presidente; Luiz Antonio da Fonseca Machado, Commandante das Armas; Nicolao Paes Saramento; Antonio de Oliveira Cavalcante; Jerônimo Cavalcante e Albuquerque; José de Souza e Mello, Secretario.

Termo que em reunião fazem a Junta do Governo Provisorio da Província das Alagoas, Senado da Camara desta Capital, Clero, Tropa, Nobreza e Povo sobre a Acclamação de Sua Alteza Real o Senhor D. Pedro de Alcantara, Príncipe Regente do Reino do Brasil, e sobre a demissão de empregados Europeos com as exceções e declarações abaixo escriptas.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte dois, aos vinte e oito dias do mes de Junho do dito anno nessa Villa das Alagoas Capital da Província, em a Igreja Matriz da mesma achando-se reunido o Senado da Camara da dita Capital, Oficiais de Guerra e Milícia, e Ordem Párocos e Povos de diversos pontos da Província, com o Clero, Nobreza, e Povo da Villa sobredita, sendo ali comparecen á Junta do Governo actual da Província que havia requerido huma tal Assembléa por chamar a ordem a fermentação interna diffundido por movimentos políticos dignos de atenção superior, para cujo fim se nomeara no dia anterior huma Comissão de seis Membros escolhidos; declarou-se em acto tão respeitável que o Caracter firmeza e honra da Província das Alagoas em todos os objectos de probidade sendo hum delles a adhesão e amor á muito Alta Dynastia de Bragança não devia ser daugrida com os horrores que súbitamente se lhe arguia; mas que os naturaes da mesma Província das Alagoas de acordo com todos ou com a opinião geral do Continente Brasileiro se achavão offendidos fortemente pelos naturaes de Portugal os Europeus Empregados que abuzando da honra apoiavão a rivalidade entre elles e os Brasileiros acerbando-se muito gal quandtua na Província de S. Miguel, donde além de outros erros, e insultos i.e. consequencia havião ha pouco alguns Europeus profrido blasfemias, e improprios contra Sua Alteza Real o Senhor D. Pedro de Alcantara Príncipe Regente do Reino do Brasil, affirmando, e espalhando que o dito Augusto Senhor se achava já ignominiosamente preso no Rio de Janeiro com o fim de aumentar a rivalidade; o que tudo era apurado pelo Capitão Joaquim Ignacio Prego, Europeo Commandante collocado pelo Governo naquelle Povoação, tendo este de seu partido o Capitão do Milicias Afonso de Albuquerque Maranhão; em consequencia, do que depois de se expedirem imediatamente as Ordens convenientes contra o dito Capitão Commandante Prego, com as quais partiu por ordem a executar o Sargento Mór de Milicias Miguel Vellozo Nobrega e Vasconcellos, declarou a Assembléa que não presidia a boa ordem sem serem demitidos todos os empregados Europeus, tanto Civis, como Militares, cujas erros, posto que patentes, se não expressavão por evitar por hora a prelixidade, com declaração porém que de toda a demissão, e ex-

grupulos ficando exceptuados, e em efectivo é continuado serviço o III.<sup>mo</sup> Presidente da Junta do Governo o Desembargador José Antônio Ferreira Braklami, o Sargento Mór João Eduardo Pereira Colaço Amado, Commandante do Corpo de Tropa de Linha desta Capital, e o Sargento Mór Joaquim Bernardo Alves Pereira de Araújo, Adjunto d'Ordens do mesmo Governo; além da mesma excepção, que foi manifestada a favor de José Angelo de Barros, Contador e Escrivão da Junta da Fazenda Pública desta Província, o qual ficava com tudo demitido à força de suas supplicias, e convincente exposição, que fizera para se retirar, e era de unanime vontade, que os trez referidos empregados, posto que Europeos ficassem em serviço, como se acham, por sua louvável conduta, e pelo muito que o Povo delles confia devendo, por huma rigorosa condição, serem demittidos por disposição da Junta do Governo logo que elles mesmos por motivos justos o requeresssem. Além disto todos os mais Oficiais, e Empregados Europeos, que se achavão presentes pedirão meias suas demissões, facultades, e providencias para se retirarem, entrando no indicado pedido o Illustrissimo Presidente o Desembargador José Antônio Ferreira Braklami, que declarou motivos de molestias, e necessidade de regressar a Portugal, tanto assim que anteriormente tem tratado de procurar demissão pelos ditos motivos, pelos quais lhe foi aceita e permitida; resolvendo-se geralmente na Assembléa que por acclamação se nomeassem os Empregados que devião substituir os demittidos de eminente Emprego, ficando para objecto de propostas, e providencias geraes os demais Postos e Empregos vagos em consequencia da demissão dos Europeos, que pelos motivos acima ficou determinada. E logo appresentando-se no campo adjacente o Corpo de Tropa de Linha compareceu toda a Assembléa e Povo na frente da mesma, e alli com vivas geraes e demonstrações de alegria, e união foi acclamado Príncipe Regente Protector e Defensor do Reino do Brasil, e Príncipe Real do Reino Unido residente na Cidade do Rio de Janeiro, aonde, e em outras Capitais do mesmo Brasil consta ter sido já similhantemente acclamado; e para testemunho de firmeza de carácter, forão as aclamações e vivas do theor seguinte — Viva a nossa Santa Religião — Viva El-Rei Constitucional o Senhor D. João Sexto — Viva Sua Alteza Real o Príncipe Regente, Protector e Defensor do Reino do Brasil reconhecido nelle com o Poder Executivo; e para de tudo constar se mandou lavrar a presente acta; em que todos assinarão, de que se enviarão copias para todas as Repartições competentes, e para os lugares e Camaras da Província. Eu José de Souza e Mello Secretario actual da Junta do Governo o escrevi. — José Antônio Ferreira Braklami; Manoel Duarte Coelho; Antônio de Olanda Cavalcante; José de Souza Mello, Secretario. (Segue-se 68 assinaturas.)

E logo no mesmo dia, mez, e anno, e lugar declarado instando o Illustrissimo Tenente Coronel Manoel Duarte Coelho Membro do Governo actual desta Província pela sua demissão, para se retirar a Portugal, o que fazia por ver-

que não estava declarado nas actas da acclamação e concordata, como se fizera com o Illustrissimo Presidente, foi unanimemente decidido que com toda a honra e distincão ficasse demitido de seu emprego nesta Província, attentas as razões que expoz; e procedendo-se á nomeação e acclamação dos empregados, que devião substituir os demittidos ficando geralmente nomeados e acclamados para Presidente da Junta do Governo desta Província o Bacharel Juiz de Fóra da Villa do Penedo, e Ovidor interino da Comarca das Alagoas o Illustrissimo Caetano Maria Lopes Gama; para Membro do Governo em lugar do demittido, o Illustrissimo Tenente Jerônimo Cavalcante de Albuquerque; e para Ajudante d'Ordens em lugar de um tambem demittido, o Coronel de Milicias José Affonso Monteiro; tratando-se porém do Comandante das Armas da Província visto terem cessado os motivos, que na deliberação de trinta de Janeiro do corrente anno havijo dado lugar a ficar elle reunido na Junta Provisória do Governo, foi geralmente decidido, nomeado e acclamado para Comandante das Armas da Província das Alagoas o Illustrissimo Brigadeiro Graduado Luís Antônio da Fonseca Machado, com subordinação e sujeição á Junta Provisória, e com votos na mesma em as matérias militares sómente, até que pelo Poder Executivo fosse nomeado o Oficial de Patente, que tal Emprego deve exercer, cumprindo-se nesta parte o Decreto de 29 de Setembro de 1821 no § 13º, e cingindo-se a opinião publica, e mais respeitável manifestada no Parecer da Comissão das Cortes Nacionaes sobre os negocios do Brasil, apresentado em 18 de Março do corrente anno, que tem apparecido nas folhas publicas. Por consequencia do expedido todos os Empregados e Ilustres mas Authoridades acima nomeadas e acclamadas por se acharem presentes tomarão posse, e ficando em efectivo serviço á excepção do Illustrissimo Doutor Presidente eleito, que por se achar de Correção em huma das Villas da Província foi deliberado, que immediatamente se chamará por aviso e ordem, ficando ate á posse do mesmo exercendo como actualmente o Illustrissimo Presidente, que se acha em exercício; sendo precedida a posse dós sobreditos pelo juramento solemnne dos Santos Evangelhos que prestaram esse hum Livro d'elles, no qual lhes foi deferido pelo sobradito Illustrissimo Presidente da Junta, Depois do que se renovarão e repetirão os vivas declarados, acrescentando-se quanta adhesão, obediencia e respeito fosse necessaria á Constituição da Monarchia, e ás Cortes da Nação, de que de certo era manifestamente Defensor, o Protector o Muito Alto e Poderoso Príncipe Regente Acclamado, assim como ao Reino do Brasil, o que tudo se conforma coq a opinião geral dos Povos. Nesta formalidade se deu o acto por acabado com todo o tecego e paz, e se fez o presente que escrevi eu José de Souza e Mello, Secretario da Junta do Governo da Província das Alagoas. — José Antônio Ferreira Braklami, Presidente; Manoel Duarte Coelho; Antônio de Olanda Cavalcante; José de Souza e Mello, Secretario. — Está conforme. — José de Souza e Mello, Secretario.

(Seguirão-se mais 47 assinaturas.)

## RIO DE JANEIRO.

## ARTIGOS D' OFFICIO.

Para o Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira.

O III<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Manoel Antonio Farinha, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha ordena que V. S. proceda a futuramente a guarnição da Fragata União que passa a Comandar, dos Oficiais, Tropa, e Marinagem, que achar de mais confiança, tanto na dita Fragata, como na Corveta Maria da Glória, preferindo na dita escolha (em quanto à Marinagem) os naturaes do Brasil, e requeirando ao Senhor Chefe Rodrigo Antonio de Lamare, Commandante da Corveta Maria da Glória a mudança e passagem daquellas Praças, que V. S. bem lhe parecer, dando-lhe parte do que fizer, a respeito desta ordem, para o levar ao conhecimento de Sua Alteza Real o Príncipe Regente.

Se com tudo não achar nas Guarnições dos mencionados Navios, individuos suficientes para completar o seu Navio, e se lembrar de algum que estja embarcado em outra Embacação, ou desembarcado, o participe ao mesmo Ex.<sup>mo</sup> Senhor, para se dar ordem de passagem, ou ser nomeado.

Deos Guarde a V. S. Quartel General da Marinha em 5 de Outubro de 1822. — Rodrigo Martins da Luz, Ajudante de Ordens. — Esta conforme. — Leonardo Antonio Gonçalves Basto.

III<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor. — Não houve escolha

a bordo da União quando tomei posse do Comando, entre Oficiais Brasileiros e Europeus, tanto que ficarão comigo por sua vontade, o Capitão Tenente Fernando José de Mello, o Segundo Tenente Antonio Alberto, o Guarda Marinha Machado, o Padre Capellão Fr. Bernardo, o Major da Brigada Pietra, e os Oficiais das diferentes classes como são os Náuticos, apito, Cirúrgico, e Artistas, que todos estes são Europeus. Esta he a verdade, o que comunico a V. Ex. Deos Guarde a V. Ex. Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1822. — III<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Manoel Antonio Farinha. — Luiz da Cunha Moreira. — Está conforme. — Leonardo Antonio Gonçalves Basto.

## A V I S O.

Tendo recebido Ordem de S. A. R. o Príncipe Regente do Reino do Brasil, por Portaria expedida pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, para chamar a todos os Criados de Galão da Caza Real, que recebem os seus ordenados pelo Thesouro Publico desta Corte, para lhes comunicar as Ordens do Mesmo Augusto Senhor a seu respeito; e devendo além disso verificar com exacção quais são os que aqui existem ainda, faço saber a todos os referidos Criados que se me devem apresentar pessoalmente, ou por pessoas por elles autorisadas, sem perda de tempo na caza da minha residencia na rua de S. Joaquim, ficando desde já prevenidos de que não comparecendo serão considerados como ausentes, e por isso excluidos das folhas dos seus respectivos ordenados. Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1822. — Manoel Anastacio Xavier de Brito.

## NOTÍCIAS MARITIMAS.

## ENTRADAS.

## SAÍDAS.

Dia 4 do corrente. — Angola; 83 dias; B. General Rego, M. Álvaro dos Santos Pereira, C. a Marcellino Just Alcanara, azeite, cera e escravos. — Lisboa; 52 dias; B. General Sampaio, M. Maximiano Bernardes dos Reis, C. ao M., vinho, sal e vinagre. — Jersey; 60 dias; B. Ing. Pimona, M. Charles Hamond, C. a Et Breton, vinho, tabaco, manteiga e batatas. — Dito; 54 dias; B. Ing. Medura, M. John Asplet, C. a Le Breton, massâme, manteiga e vinho.

Dia 5 dito. — Anvers; 53 dias; G. Franc. Apolon, M. Edou, C. a Milliot, sal, manteiga e fazendas. — Falmouth por Pernambuco e Bahia; 55 dias; P. lug. Manchester, Com. Elphinstone. — Monte Video; 18 dias; S. Brilhante Magdalena, M. Manoel Luiz Cardozo, C. a Manoel Joaquim Ribeiro, carne, couros e sebo. — Liverpool; 68 dias; B. Ing. Courier, M. James Orphant, C. a Charles Schwrid, trigo e manteiga. — Arribada, S. Concordia, M. José de Souza; sahio para Pernambuco.

Dia 4 do corrente. — Filadelfia; G. Amer. Pensilvania, M. Aaron Heues, assucar e castê. Nantes; B. Franc. Les Dous Amis, M. Penard, caffé e couros. — Miranhangá; B. Ing. New Century, M. Richard Coulson, lastro.

Dia 5 dito. — Bahia; F. Franc. L'Astree, Com. Grivol. — Santa Catharina; B. Vigilante, M. Manoel José da Silva, lastro. — Nova Holanda; B. Ing. Brougham, M. A. Piat, assucar e tabaco. — Laguna; S. Senhora da Piedade, M. Patricio Gonçalves da Silva, lastro. — Rio Grande; S. Conceição Viajante, M. Antonio Coelho Ribeiro, vinho, assucar e fazendas. — Dito; S. Felicidade, M. Victorino José Pereira, vinho, assucar e fazendas. — Campos; L. S. João Baptista, M. José Vieira da Silva, lastro. — Dito; L. Gaivota, M. Angelo Francisco de Moraes, armamento. — Dito; L. S. Salvador, M. Antonio dos Santos de Oliveira, lastro. — Dito; L. Santo Antônio, M. Manoel Coelho, sal. — Dito; L. Santo Antônio, M. Manoel da Costa Ribeiro, lastro. — Rio d'Ostras; L. S. Francisco Boa Fé, M. João Antonio, lastro. — Macau; L. Boa União, M. Antonio José de Carvalho, lastro.